



Produzir

Gestão transversal



Cesário Ramalho da Silva*

N O MUNDO, são limitadas e preciosas as terras aptas à agricultura. As limitações mais fáceis de compreender são as climáticas. Não há calor suficiente para agricultura nos polos, na Patagônia, na Taiga, nas cordilheiras e nas montanhas.

Em outras áreas falta água, como as zonas desérticas ou semiáridas. Outras limitações são de relevo. Nas encostas muito inclinadas, com rampa longa, o escoamento da água carrega o solo e os fertilizantes. Há também áreas sujeitas à inundação, onde a atividade agrícola fica comprometida.

Há limitações também relativas às características dos solos. Os muito arenosos não retêm água e nutrientes. Já os solos argilosos estão sujeitos ao encharcamento. Nos solos rasos, as raízes não têm espaço para crescer. Solos pedregosos ou com camadas de impedimento físicas ou químicas não podem ser cultivados. Há também solos salinizados, pobres em nutrientes, excessivamente alcalinos ou ácidos.

Com exceção da falta de calor, encontramos no Brasil todas as limitações relatadas. O sertão nordestino, por exemplo, só pode ser usado pela agricultura com tecnologia sofisticada.

A falta de entendimento deste processo – a manutenção de métodos de cultivo tradicionais – manteve a situação de pobreza lá, apesar do aporte de dinheiro público. Já a conquista do Cerrado, onde predominam solos ácidos e pobres, foi uma grande vitória da agronomia.

Para muitos, a Amazônia é uma floresta uniforme, imensa, intocada, impossível de ser trabalhada. Isso é errado. São muitas as “Amazônias”. Lá existem campos, cerrados e florestas, com diversas situações de solo e relevo.

O desafio é a ocupação racional da região, onde vivem cerca de 20 milhões de pessoas. A regra de manter 80% de reserva legal em cada imóvel só serve para quintuplicar distâncias e aumentar custos. O correto é ocupar de modo planejado, definir áreas em grandes blocos para agricultura e implantar os sistemas de transportes necessários.

Definir e proteger os grandes blocos de florestas destinados à conservação. Não só decretar Unidades de Conservação, mas implantá-las, indenizar e dar destino às populações que ocupam essas áreas. O macrozoneamento anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente deveria ser concebido e implantado por um colegiado de ministérios, a fim de constituir um guia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No Pantanal, o uso brando dos recursos naturais e a pecuária extensiva preservam o ecossistema. Mas o Código Florestal obsoleto coloca a pecuária da região na ilegalidade.

No Sul e Sudeste, de ocupação intensa e antiga, os problemas são outros. São Paulo tem densidade populacional superior à da França. O território é recortado em pequenas áreas por rodovias, ferrovias, cidades, barragens etc. Nessas condições, a recuperação dos ecossistemas depende de planejamento, da possibilidade de restaurar áreas e conectar fragmentos.

Para estabelecer boas políticas ambientais, é preciso dar voz e voto a Estados, municípios, agricultores, empresários e comunidades locais.

O bom planejamento do uso e da ocupação do território é essencial ao desenvolvimento sustentável. Mas é necessário estabelecer mecanismos inteligentes. Política tributária, incentivos fiscais, políticas de renda, pagamentos por serviços ambientais e, em muitos casos, subsídios estatais. Os benefícios são para todos, e os custos precisam ser distribuídos de forma que sejam vistos como justos pela sociedade.

Lamentavelmente, as políticas ambientais têm sido conduzidas de forma isolada pelas instituições especializadas na matéria.

Os resultados são políticas de comando e controle. Políticas de coerção. Promotor, processo, polícia, multa, licença para qualquer atividade. E isso é muito ruim. Investimentos são postergados ou abandonados, empregos são perdidos, custos aumentam, a competitividade da economia brasileira se reduz, e os ganhos ambientais são inexpressivos. É hora de mudar. ■

*Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

